

RESENHA



LETRAMENTO DIGITAL: ASPECTOS SOCIAIS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

Valeska Virgínia Soares SOUZA
Universidade Federal de Uberlândia

A obra *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*, organizada por Carla Viana Coscarelli e Ana Elisa Ribeiro, aborda o conceito de letramento e a relação deste com as máquinas, buscando analisar o letramento digital. Levanta-se a questão de se estamos preparados para nos tornarmos parte de um universo cada vez mais complexo permeado pela informática, no contexto da interação tecnológica social e no recorte das possibilidades pedagógicas. Com o advento do computador e da *Internet*, e a atenção voltada para a relação dessas novas tecnologias com o palco educacional contemporâneo, faz-se necessário refletir sobre esse cenário de forma continuada e, preferencialmente, solidificar essa reflexão em obras escritas.

As organizadoras nos mostram, no capítulo de apresentação, algumas previsões que não deram certo, como a de Ken Olsen (1977 *apud* Coscarelli e Ribeiro, 2005, p. 7), que pontuou que “Não há razão para qualquer indivíduo ter um computador em casa”. Não era fácil imaginar em tempos passados, o *status* que o computador adquiriria, e que dentro dos desdobramentos provocados por esse recurso haveria uma evolução do ensino a distância. As autoras propõem uma apropriação das possibilidades quase infinitas do mundo digital, especialmente por parte das escolas e dos educadores. A partir do momento em que os professores se atualizam para que possam formular novos modos de dar aulas e de inserir alunos e disciplinas na Sociedade da Informação, há maiores chances de minimizar o problema dos “excluídos digitais”. Para nortear os leitores no que tange ao foco da obra, no dizer das próprias autoras, letramento digital relaciona-se “à ampliação do leque de possibilidades

© Revista da ABRALIN, v. 5, n. 1 e 2, p. 269-277, dez. 2006.

de contato com a escrita também em ambiente digital (tanto para ler quanto para escrever)” (p. 9).

A obra, que congrega onze artigos escritos por pesquisadores que se encontravam inseridos em diferentes áreas, mas sendo todas essas atravessadas pela área de educação, em nossa percepção, poderia ter sido dividida em três partes. Os quatro primeiros capítulos inserem-se em uma tentativa de problematizar a questão do letramento digital, e buscam em pesquisadores como Magda Soares (1998, 2002, 2003 *apud* Coscarelli e Ribeiro, 2005) um norte para suas investigações. Os quatro capítulos intermediários nos trazem impressões mais filosóficas e históricas sobre educação e novas tecnologias, embasando-se em pesquisadores como Pierre Lévy (1993, 1994, 1996, 1999, *apud* Coscarelli e Ribeiro, 2005). Já os três últimos capítulos recortam para as análises as questões relacionadas ao gênero, trazendo para suas discussões pesquisadores como Luiz Antônio Marcuschi (1994, 1995, 2001, 2002, *apud* Coscarelli e Ribeiro, 2005), sendo o próprio pesquisador um dos autores.

Primeiramente, no capítulo “Educação e sociedade da informação”, João Thomaz Pereira aponta que, no contexto atual, o grande desafio que enfrentamos é a exclusão digital, um problema que apresenta-se globalizado na Sociedade da Informação. O autor define letrar como mais do que alfabetizar, pois prevê um ensino dentro de um contexto que faça parte da vida das pessoas, como propõe Soares (2003, *apud* Coscarelli e Ribeiro, 2005). Define, adicionalmente, o termo inclusão como um processo em que pessoa(s) passa(m) a participar dos usos e costumes de outro grupo, carregando os mesmos direitos e deveres daqueles já incluídos no grupo. Pereira, então, problematiza o termo “digital”, prevendo um fenômeno de convergência digital, que se constituirá em (i) um transporte de tipos similares de serviços a diferentes plataformas de redes de computadores; (ii) integração de dispositivos microprocessados; e (iii) unificação de meio e mídia. O autor supõe que todos os equipamentos estarão integrados em uma rede digital convergida, e que as escolas virtuais serão uma realidade, devido ao tempo, espaço,

abrangência e custo. Citando os objetivos futuros da comunidade européia quanto à exclusão digital: (i) aumentar o acesso a redes de informação; (ii) formar com qualidade; (iii) promover cooperação entre educadores; (iv) pesquisar e divulgar melhores práticas de ensino e aprendizagem; e (v) inovar conhecimentos – o autor aponta as sinalizações brasileiras de agir frente à necessidade de alfabetização digital.

Carla Viana Coscarelli, no capítulo “Alfabetização e letramento digital”, discorre sobre a importância da informática no palco educacional. Segundo a autora, a informática precisa entrar na escola, pois tem uma grande valia, especialmente no combate à exclusão. Coscarelli adverte que o computador não modifica a concepção de aprendizagem nas escolas, pois este não vai substituir ninguém, sendo o professor o responsável por decidir quando e como adotá-lo. A autora acrescenta que não precisamos do computador em todos os momentos para a construção coletiva do saber, mas ele é útil, especialmente na busca de informação e formatação dos dados. O artigo apresenta dados provenientes de alunos de 4ª série abordando questões de letramento e alfabetização, e criticando a falta de preparação dos professores. A autora defende que o paradigma de Vygotsky ainda não foi assimilado nas escolas e, adicionalmente, que há a falta também do computador nesse âmbito. A sociedade contemporânea exige um grau de letramento cada vez maior e adaptado às novas tecnologias, pois a informática pode ser um recurso auxiliar da aprendizagem, trazendo inúmeras possibilidades pedagógicas, como *e-mails*, *sites*, dentre outros.

Os objetivos do terceiro capítulo, “Letramento e novas tecnologias: questões para a prática pedagógica”, escrito por Cecília Goulart, são de discutir a concepção da noção de letramento, investigar diferentes modos de ser letrado e refletir novas possibilidades de ação pedagógica com a língua escrita. O letramento é visto pela autora como um horizonte ético-político para a ação pedagógica nos espaços educacionais, sendo que, quando aprendemos uma linguagem, aprendemos sistemas de referência do mundo. Existem interpretações diferentes, mais ou menos valorizadas socialmente, para complexos de saberes semelhantes. Goulart discute a

relação das considerações bakhtinianas com a sala de aula. Nesse âmbito educacional, as palavras (signos) adquirem sentido no contexto em que são produzidas e se constroem no seu interior. O fenômeno do letramento está associado a diferentes gêneros discursivos, caracteriza classes sociais de modos diferentes de conceber a linguagem escrita e seu contexto sócio-histórico, problematizando, assim, o contexto do processo de ensino e aprendizagem. Portanto, a noção de polifonia deve ser considerada básica para a compreensão da noção de letramento. A autora problematiza os desafios que a superfície da tela de um computador traz para a leitura e a escrita e aponta que navegar nos possibilita acessar muitos textos de gêneros diferentes.

Isabel Cristina A. da Silva Frade, escreve o quarto capítulo, intitulado “Alfabetização digital: problematização do conceito e possíveis relações com a pedagogia e com aprendizagem inicial do sistema de escrita”, contemplando o significado da introdução de uma cultura digital na sociedade, problematizando relações conceituais entre letramento digital e alfabetização digital e discutindo a contribuição dos computadores para auxílio no processo de alfabetização de crianças. A autora propõe a definição dos termos letramento, letramento digital, alfabetização e alfabetização áudio-visual, para problematizar a situação de analfabetismo digital, discorrendo sobre algumas capacidades envolvidas na apropriação do sistema que podem combater tal situação. O computador é visto como artefato que possibilita novos espaços de escrita que trazem desdobramentos para a interação leitor e escritor. Nesse contexto, Frade propõe que para cada alteração nas tecnologias de escrita deveríamos pensar em novas pedagogias. A marginalização da estabilidade no conteúdo a ser ensinado e na capacidade exigida dos alunos no processo de alfabetização, que dá lugar ao letramento dentro de um contexto de uso, propicia, hoje, a busca por problemas realmente novos para a alfabetização em um contexto digital. Várias habilidades de uso são acionadas pelo meio digital, o oral, a imagem e o escrito, e a autora enfatiza o caráter de hibridismo e continuidade encontrado nesse meio, sugerindo práticas pedagógicas com o uso das funções multimídia.

Em uma analogia com a obra *Alice*, de Lewis Carroll, Otacílio José Ribeiro, propõe o quinto capítulo, “Educação de novas tecnologias: um olhar para além das técnicas”. O sujeito é o elo de uma teia de relações formando um ecossistema no qual, sozinho, não é ninguém. A tecnologia é parte dessa história e está ligada à formação e à construção do sujeito. Freire (1980 *apud* Coscarelli e Ribeiro, 2005) propõe um movimento de conscientização que redunde na atitude crítica dos homens diante dos novos bosques da educação e da tecnologia. O autor busca refletir sobre a interação homem/máquina, e sobre a recorrente busca de atualização, considerando o papel das interações no processo de aprendizagem. Ribeiro analisa princípios para uma prática educativa mediada pela tecnologia, mostrando que a centralidade de todo processo deve estar nos sujeitos e na sua relação com o conhecimento. Os homens são os autores e beneficiários do progresso tecnológico, e devem assumir a responsabilidade de seu futuro e de suas obras.

Antônio Zumpano, no capítulo “A angústia da interface”, o sexto nessa obra, fundamenta-se em Pierre Lévy (1993, 1996 *apud* Coscarelli e Ribeiro, 2005), para problematizar o sentimento de angústia provocado pela interação com a máquina. A tecnologia é um forte elemento estruturante dos novos tempos, quando ciência e técnica se juntaram. Antes da escrita, o falante e o ouvinte tinham que estar em um mesmo tempo e numa mesma vizinhança de espaço. Antes da informática, toda dinâmica de comunicação acontecia em um espaço geométrico. A escrita eliminou a dependência temporal, e a informática eliminou a dependência espacial. A informática simula o espaço que corresponde ao suporte do texto, que precisa ser deslocado, e essa simulação permite atualizar um texto. O autor aponta que a angústia reside na incerteza da efetividade da interface e na dificuldade de identificar esse outro, de nomear com quem alguém fala, quando na interação com a máquina.

O sétimo capítulo, “Contribuições das teorias pedagógicas de aprendizagem na transição do presencial para o virtual”, escrito por Renato Rocha Souza, apresenta o papel dos novos meios eletrônicos de interação, e como ocorre a aprendizagem nesses novos ambientes. Com o surgimento

dos novos suportes informáticos de mediação, novas pedagogias do virtual também surgiram. O autor apresenta a socialização e a colaboração nos ambientes presenciais e virtuais. Adicionalmente, Souza pontua que os contextos construídos dinamicamente pelos participantes nos meios eletrônicos de interação são consoantes com seus próprios referenciais simbólicos, estilos cognitivos e interesses. A aprendizagem significativa e a colaborativa são atividades correlacionadas e complementares. O autor, em seguida, apresenta uma síntese das teorias e a aplicabilidade da práxis.

Em uma detalhada revisão histórica, Ana Elisa Ribeiro, em “Ler na tela: letramento e novos suportes de leitura e escrita”, mostra-nos como cada suporte inventado criou especificidades e como os usuários se apropriam dos novos suportes e recursos de apresentação para a escrita e a leitura. A autora traça o perfil da escrita e processos editoriais, mostrando a semelhança do passado com o presente, com a distinção de a *Internet* ter possibilitado um novo meio de publicação de textos sem a existência física. Ribeiro descreve o ler no papel e o ler na tela, e como o leitor se adapta ao novo suporte. O jogo de leitura só ocorre porque além de saber decodificar a notação alfabética, o leitor também é capaz de fazer inferências e de conjugar à leitura seu hipertexto pessoal. Em seguida, a autora trata dos gêneros e suas transposições, explorando o que pode haver de híbrido em cada gênero/suporte. Exemplificando com os jornais e revistas, Ribeiro aponta por que não contrapor texto e hipertexto. Seguindo a metodologia da Usabilidade, a autora analisa dados do seu *corpus*, apontando que pessoas letradas têm maior sensação de familiaridade com suportes novos e variados, e têm menos preconceito quanto ao surgimento de novos veículos e formas de publicação.

O nono capítulo, “*Chat*: e agora? Novas regras – nova escrita”, foi escrito por Else Martins dos Santos. Para início de conversa, a autora aborda a presença da comunicação eletrônica na vida dos jovens, influenciada pela *Internet*, que traz ao mesmo tempo uma imposição e a liberdade total de expressão. A autora questiona o senso comum de que os jovens escrevem de maneira errada e não lêem, indagando o que caracteriza o novo gênero textual *chat* e seus desdobramentos para a forma

de expressão de adolescentes e jovens. Santos fundamenta-se na premissa de que a língua é um fenômeno heterogêneo, refletindo a organização da sociedade para caracterizar a linguagem das interações *on-line*, analisando os *emoticons*, o uso de onomatopéias, a redução da extensão das palavras e o uso de pontuação expressiva. A análise das produções escritas demonstraram uma semelhança da linguagem do gênero *chat* aos bilhetes produzidos, e uma diferença às cartas produzidas para professores e aos textos em provas. Para fim de conversa, a autora conclui que os adolescentes adequam a linguagem ao gênero solicitado; que quanto maior intimidade mais descontraída a linguagem; e que o *chat* não influencia negativamente a escrita.

Luiz Antônio Marcuschi, em “A coerência no hipertexto”, o décimo capítulo dessa obra, toma como ponto de partida o problema de que a coerência não é imanente ao texto, mas sim construída no processo de leitura. O ensaio tem como objetivo pensar em que consiste a coerência e o que é que o hipertexto tem a nos ensinar sobre ela. Criticando algumas premissas equivocadas, como a de que o hipertexto é um fenômeno exclusivo do mundo digital, e que segue uma visão formal e estrutural da língua, desconsiderando contextos sociocognitivos relevantes, Marcuschi constrói seu texto. O autor trata da dispersividade discursiva, fazendo analogias com situações cotidianas. Explora as noções de língua e coerência e, ainda, de texto e hipertexto, sugerindo que podem haver compreensões de texto, mas não coerências. Em suma, Marcuschi pontua que lidar com hipertextos é lidar com textos, e que as novidades do hipertexto em relação à coerência não são tão fundamentais a ponto de exigir uma reconceituação de texto ou de coerência.

No capítulo final, intitulado “Ensino/aprendizagem da escrita e tecnologia digital: o e-mail como objeto de estudo e de trabalho em sala de aula”, Juliana Alves discorre sobre as práticas discursivas no/do mundo digital observadas com a emergência de novos gêneros textuais, problematizando os efeitos e demandas para o professor de Língua Portuguesa da Educação Básica. O objetivo de seu trabalho é apresentar a necessidade de se redimensionarem pressupostos e estratégias da prática

da escrita escolar. A autora critica a dicotomização fala x escrita, manifestada nas crenças do que vem a ser a modalidade em que textos se produzem, de forma regular e consistente. Sugere-se, a partir das críticas tecidas, então, que o foco para a produção textual seja o ensino de estratégias textualmente discursivas por meio das quais se configuram diferentes gêneros textuais, formando a competência lingüística-comunicativa. Na análise, a autora lança mão de seu *corpus* de trabalho para definir e caracterizar o *e-mail*, mostrando que esse gênero apresenta uma grande diversidade, em termos de organização estrutural e do uso de estratégias textuais. A autora aponta que eleger a prática de estudo e escrita de *e-mails* para os alunos de Educação Básica, para contato com uma prática escrita que manifesta variações de registro e recursos de textualização e reflexão sobre este gênero, coloca-se como necessário.

Em geral, aclamamos a “feitura” dessa obra, em tempos de globalização que demandam o domínio das redes de informação do tipo *Internet*, como bem pontuam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (1998) e do Ensino Médio (1999). Aplaudimos essa tentativa de construir, aliada à maturidade de saber que um curto espaço de tempo para uma obra escrita é, ao mesmo tempo, um longo espaço de tempo para o mundo virtual, e que algumas concepções focalizadas poderão não ser de tanta relevância para as encarnações futuras do computador e da *Internet* (Crystal, 2001).

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 120 p.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364 p.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Org.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Coleção Linguagem e Educação. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2005. 244 p.

CRYSTAL, David. *Language and the internet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 272 p.